

PRODUÇÃO ORGÂNICA E ORGANIZAÇÃO CAMPONESA: o associativismo e a instrumentalização da luta pela permanência no campo.

Camila Silva Santos¹
Andressa Araújo Souza²
Josefa Santos Lisboa³

Resumo

O presente artigo decorre de estudos realizados junto ao Programa de Educação Tutorial, PET de Geografia do Campus do Campus Professor Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe. A atividade visa discutir a organização camponesa e a produção de alimentos agroecológicos e orgânicos no agreste sergipano, pautadas na Cartilha da Via Campesina, que objetiva a acepção terra-trabalho-reprodução social-respeito à natureza e soberania. Os estudos são realizados a partir da correlação entre referências teóricas do paradigma da questão agrária, com entrevistas executadas durante os trabalhos de campo, que contemplam as formas de resistências e organizações camponesas que se fortalecem em meio ao modo de produção capitalista, contraditório, desigual e combinado.

Palavras-chave: camponês, resistência, soberania-alimentar.

Introdução:

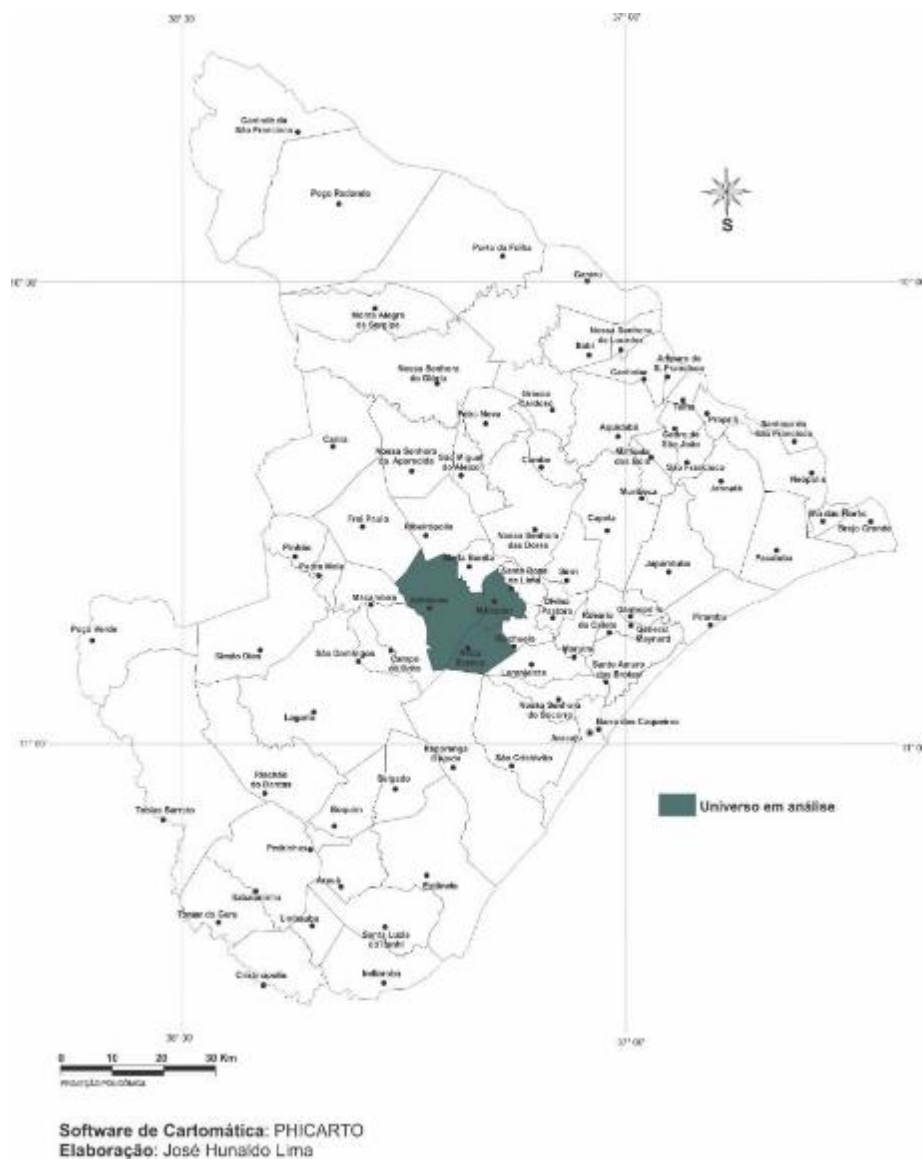
A presente pesquisa decorre de estudos realizados junto ao Programa de Educação Tutorial PET, de Geografia do Campus Professor Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe, tem como objetivo apresentar como a organização camponesa se articula e resiste para assegurar a soberania alimentar, pela via da produção e comercialização de produtos agrícolas orgânicos e agroecológicos em feiras coletivas, a partir da realidade de comunidades rurais dos municípios de Areia Branca, Itabaiana e Malhador no estado de Sergipe (mapa 1). Os princípios da atividade e demais práticas sociais adotadas pelos sujeitos do campo, associados à cultura

¹Discente do curso de Geografia - DGEI/UFS – Bolsista PET- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL.
E-mail : camila-1-2-3@live.com.

² Discente do curso de Geografia - DGEI/UFS – Bolsista PET- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL.
Integrante do grupo de pesquisa: Relação Sociedade Natureza e Produção do espaço Geográfico- PROGEO.
E-mail: Araujo0202@gmail.com.

³ Prof. Dra. Da universidade Federal de Sergipe Depto de Geografia (DGEI-Campus Itabaiana) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Coord. do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER). Líder do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço (PROGEO) DGEI/NPGEO/UFS/CNPq. E-mail: Josefalisboa@uol.com.br

de orgânicos, são orientados pela ‘Cartilha da Via Campesina’, que destaca a acepção terra-trabalho-reprodução social-respeito à natureza e soberania.



Mapa 1: Localização do universo em estudo no agreste sergipano, Areia Branca, Itabaiana e Malhador 2017.

Na especificidade da atividade produtiva, no curso da relação trabalho-natureza é auspicioso assegurar a produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados pelos sujeitos da produção. É imprescindível que se o destine para o alimento da família e para o mercado interno. Ou seja, a diversificação da produção é nuclear, assim como o respeito à capacidade produtiva das terras e a preservação dos recursos naturais, sendo vedada quaisquer tipos de venenos. Por outro lado, a feira é o mercado dos camponeses e vem fortalecer

o campesinato, garantindo que a circulação e o consumo se realizem, com possibilidade de retorno para a fase inicial da nova produção, como asseverou Marx (1996).

Por isso, a Via campesina afirma sobre a importância da soberania alimentar, como modo de vida camponês, por possibilitar o direito da sociedade em decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar, sendo fundamental, então, manter um sistema de produção camponês diversificado, com a necessidade de um processo de reforma agrária que fortaleça uma agricultura camponesa duradoura.

As discussões sobre a Soberania alimentar surge para confrontar os princípios da Segurança alimentar, que de acordo com Paulino (2015), tais princípios emergem no contexto da Revolução Verde, proposta pela FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)⁴ e por agências multilaterais, que defendiam que a inserção da tecnologia no campo iria resolver problemas como a fome e a pobreza, no entanto isso não ocorreu ,devido ao fato de ter instalado a perspectiva hegemônica do sistema capitalista que visa a propagação da riqueza através da expropriação camponesa, uso excessivo de venenos e deteriorização do solo e dos recursos naturais, a partir de monoculturas destinadas a exportações. Em consonância com Campos (2007), na concepção da Via Campesina o conceito de segurança alimentar não questiona a qualidade dos alimentos, podendo ser transgênicos ou ecológicos, e nem a padronização alimentar que está sendo imposta pelos conglomerados que atuam no setor do agronegócio.

Por sua vez, analisados os investimentos realizados a produção de alimentos agroecológicos e orgânicos são extremamente precários, pois de acordo com Oliveira (2003, p. 131), os números de créditos obtidos na agricultura são outro indicativo da profunda desigualdade que há nesse setor. E os poucos créditos foram massivamente para o agronegócio das grandes unidades, sendo os camponeses os mais prejudicados, e ao mesmo tempo a classe social que produz alimentos destinados ao mercado interno, como pode ser analisada a produção camponesa e a o agronegócio se diferem, desde a distribuição fundiária as formas de produção (tabela 1).

Tabela 1: Agronegócio em contraponto com a da produção camponesa

Agronegócio	Produção camponesa
-------------	--------------------

⁴ Tradução : Organização das nações unidas para alimentação e agricultura.

Produção capitalista (expansão do capital no campo)	Produção camponesa (resistência, organização e luta)
Monocultura	Preservação da Biodiversidade na produção
Destinado à exportação, aos mercados externos	Destinado a importação, ao mercado interno
Segurança alimentar	Soberania alimentar
Alteração do ciclo da natureza, produção no tempo do capitalismo	Produção no tempo da natureza
Uso de venenos nos cultivos, alimentos contaminados	Uso de adubos naturais e alimentos saudáveis
Maior investimento de corporações e multinacionais, políticas neoliberais	Baixos investimentos do Estado, o que pode acarretar no alto custo da produção, e conseqüentemente de alimentos agroecológicos e orgânicos
Concentração fundiária e conseqüentemente de produção	Pequenas e médias propriedades, que produzem alimentos para uso da família e seu excedente é comercializado, afim de atender necessidades em adquirir o que não se produz
Tratado como modernização e do desenvolvimento o rural.	Viabilidade econômica da agricultura camponesa e a sustentabilidade ambiental

Fonte: ICampos (2007), Oliveira (2003), Paulino (2015).

Elaboração: SANTOS, C, S. 2017.

No interior dessa compreensão assinalada, pode-se questionar para quem se destina a modernização e o desenvolvimento, para os latifundiários? De acordo com Campos (2007), há um paradoxo de que quanto mais cresce o agronegócio mais falta alimentos para a sociedade. Tanto que o Brasil é um grande exportador de alimentos, porém milhares de pessoas passam fome no país. Ou seja, não adianta produzir alimentos em larga escala, se esses são mercadorias que só serão adquiridos através da compra. Além de que em cultivos do agronegócio são encontrados trabalhos análogos aos de escravo, e por isso questiona-se: onde está o desenvolvimento e a modernidade? Na exploração coercitiva da força de trabalho do homem pelo homem?

É notório ressaltar que o agronegócio não dispõe de um desenvolvimento social e humano, mas sim um desenvolvimento econômico para uma minoria, que dissemina através da mídia, a ideologia de progresso.

Desta forma de acordo com Marques (2008), os camponeses têm uma organização social e territorial que busca resistir e permanecer tendo como meio de produção universal a terra, o valor de uso do que nela é produzido e a força de trabalho familiar. Não se pode negar que em meio ao processo contraditório, desigual e combinado que a sociedade capitalista vivência, o camponês não está isolado desses processos, por isso é subjugado ao capital tendo sua própria organização de forma independente, ou seja, uma economia camponesa própria. Então como forma de fortalecer o método dialético de análise, neste trabalho, será estudado as formas de luta e resistência que são utilizadas pelos camponeses do agreste sergipano que desenvolvem a produção de orgânicos e agroecológicos em consonância com a soberania alimentar para o mercado interno de seus municípios e dos circunvizinhos.

Como forma do campesinato se fortalecer, (re)inventar e (re)criar, em consonância com os processos de territorialização capitalista, Marques (2004 p.151), argumenta que os meios de re(existir) e se organizar dos camponeses não se esgotam.

(...)ora encontrei um “um mundo camponês” sendo invadido por um conjunto de mudanças e forçado a se ajustar a elas, para se reproduzir enquanto tal, ora a campesinidade surge como um projeto de vida para trabalhadores sem terra do campo e da cidade, tornando-se realidade por meio da luta e a partir de sua reprodução contraditória no seio da sociedade moderna (MARQUES 2004, p. 151).

Dessa forma o campesinato se expande no agreste de Sergipe por meio das diversas formas de organizações possíveis para continuar se reproduzindo, e a medida que a terra é uma mercadoria, delimitada por cercas⁵, que na sociedade capitalista representa a propriedade privada dos meios de produção, o que resta aos camponeses é a organização de forma estratégica para continuar se articulando no mercado capitalista, buscando a valorização de seu trabalho, e encontrando na agroecologia uma forma de resistência no campo.

⁵ A cerca feita de arrame farpado, madeira e grampos, na sociedade capitalista representa a materialização do controle de segurança em determinar que os territórios cercados possuem um dono, ou seja denota a propriedade privada, em que nem todos tem acesso, pois a terra se depara como mercadoria, sendo adquirida através da compra.

Análise preliminar sobre a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos no município de Areia Branca e a Aspoagre:

Além da bibliografia sobre o tema da soberania alimentar, as leituras pertinentes a essa análise demandaram os estudos de pesquisadores que estão em consonância com os paradigmas da questão agrária, tal como: Fernandes (2005), Marques (2004), Oliveira (2007) e Shanin (2005). A pesquisa de campo, contou com visita a duas comunidades rurais do município de Areia Branca e à sede da Associação do Produtores Orgânicos do Agreste (ASPOAGRE), que fica na cidade de Itabaiana.

A soberania alimentar, de acordo com Paulino (2015), inicialmente introduzida pela Via Campesina, está acoplada a uma agricultura ambientalmente sustentável, que supõe o acesso à terra e a disponibilidade de créditos públicos para que os camponeses possam produzir e vender seus produtos a um preço justo.

No entanto, sabe-se que o Estado como regulador da relação entre capital e trabalho, age mais em função do modo de produção capitalista e reenterra a produção de alimentos a partir do mercado externo, das *commodities* que produzem lucro, por isso Oliveira 2003, p. 122 analisa que:

Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Como as *commodities* (mercadorias de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadorias e de futuro) garantem saldo na balança comercial, o Estado financia mais as ditas cujas. Então, mais agricultores capitalistas vão tentar produzi-las. Desta forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo. Ou como preferem os companheiros, é o neoliberalismo em sua plena volúpia (OLIVEIRA 2003, p. 122).

Por isso, o camponês através de cooperativas ou associações a fim de produzir alimentos saudáveis que garantam a alimentação do setor interno, destaca-se a importância de produtos agroecológicos para fortalecer Paulino (2015, pg. 183) considera:

Agroecologia é produzida para os mercados internos, em que se busca a recuperação das sementes crioulas, da capacidade de retenção da água pelo solo, do manejo que devolva a sua atividade biológica, combinações essas que favorecem a sustentabilidade e a autossuficiência até porque o saber local passa a ser estruturante, daí o sentido da diversidade e do empoderamento (PAULINO 2015, pg. 183).

Áfim de explanar o exercício inicial teórico-metodológico, de modo a compreender as especificidades das produções camponesas, foram realizados trabalhos de campo seguido de entrevistas a um grupo de camponeses do município de Areia Branca. Os depoimentos evidenciaram que a união e a organização do grupo de produtores de orgânicos e agroecológicos foi imprescindível para a decisão de criar a associação na qual os fortaleceriam na conquista de equipamentos e o ajudariam, sobretudo na comercialização. A ASPOAGRE é uma associação que engloba os camponeses dos municípios de Areia Branca, Itabaiana, e Malhador, fundada no ano de 2000.

A associação ASPOAGRE, sediada no município de Itabaiana, vizinho à Areia Branca, onde vivem os camponeses, sujeitos dessa pesquisa, organizou os trabalhadores na divisão de tarefas e na criação de feiras coletivas em diferentes municípios do estado, criou as condições para compra de equipamentos, como um caminhão refrigerado para escoar as mercadorias aos pontos que eles mantêm devido à grande demanda nas feiras em cidades circunvizinhas. Entretanto, o camponês entrevistado relatou durante a entrevista, que sempre desejou produzir orgânicos, mas que “antes da associação não era fácil, por conta das dificuldades de estar sozinho e não conseguir transportar os produtos para as feiras, como na capital e nos outros municípios. Também a gente não era valorizado” (o Sr. M. M. M., 2016)⁶.

Notou-se clareza pelos camponeses, da forma como o discurso hegemônico da lógica capitalista impõe a todo tempo, através da mídia, propagandas persuasivas sobre o uso de venenos e de adubos químicos e que, por isso, as pessoas não acreditavam que seria possível produzir sem esses venenos e que a produção de orgânicos seria insuficiente e não daria para subsistência, nem seria possível existir excedentes. O Sr. J. P⁷., um segundo entrevistado comenta que não se deixaram influenciar e continuaram com as produções orgânicas mantendo

⁶ Os entrevistados tiveram seus nomes preservados porque o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido não foi assinado, bem como nenhum outro documento que permita a revelação do nome dos entrevistados que participaram desta pesquisa, desta forma asseguro ao entrevistado respeito em sua dignidade e autonomia, a vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida.

uma qualidade boa, saudável e uma quantidade que lhes permitia a subsistência e a comercialização. Em consequência disso ele relata ainda que:

[...] no ano de 1999, fiz um curso em São Paulo juntamente com outros camponeses, para o aprimoramento de técnicas que a gente já tinha, mas pudemos aprimorar, além das novos métodos adotados pelo curso, como, por exemplo, a compostagem, como também utilizar outras formas de combater as pragas, através da castanha de caju e de algumas outras plantas (Pesquisa de campo, Sr. J. P., 2016).

Desde a criação da associação, os problemas foram amenizados e a relação com o mercado se tornou mais acessível devido ao trabalho coletivo que dirimiu as dificuldades em transportar as mercadorias produzidas por conta dos altos custos com os transportes. Em meio a essa união que resulta na divisão de tarefas, existe um controle realizado através de uma planilha para contabilizar os custos, as vendas e a apuração do lucro, desta forma, todos os camponeses envolvidos na associação acabam se mantendo exclusivamente do trabalho com os produtos agroecológicos e orgânicos.

Os entrevistados supracitados, relatam que já receberam uma proposta inicialmente irrecusável da rede de supermercado de uma multinacional, que analisada pelos membros da associação não trazia vantagens. Eles mostram compreensão de que, essa empresa desejava conquistar o camponês com boas propostas e depois de firmar contratos, iria praticar a monopolização do capital, determinando os preços das mercadorias, valores esses inaceitáveis, mas que deveriam ser cumpridos por estarem em regime de contratos.

O camponês desenvolve suas atividades em tempo integral, ele mesmo determina e controla seu tempo e seus horários de trabalho, entretanto, esses tempos estão sujeitos às condições e demandas da sua atividade/produção. De acordo com Fernandes (2005), por mais que o camponês seja dono dos meios de produção e produza excedentes de mercadorias para comercializar, ele está subordinado ao capital, e por isso vende o que produz em suas terras e quem determina o valor da mercadoria é o capitalista, que em meio a essas relações percebe-se que o conflito aparece intrínseco ao desenvolvimento. Ressaltando que embora possua os meios de produção (a terra), está não é para o camponês uma forma de obter lucro, como faz o capitalista. A terra para o camponês é modo de vida, o excedente é comercializado para suprir outras necessidades que ele não produz. Mostrar a subsunção, falar da renda da terra, mas ainda

assim exaltar a resistência a característica do camponês que não tem a terra como um negócio que produz lucro, e sim como um meio de vida.

Dessa forma é notório ressaltar que o camponês está vinculado ao capitalismo, pois de acordo com Oliveira (2007), o camponês está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido por ele e sua família em capital, ou seja, comercializa nas feiras de forma direta ou indireta o que é produzido no campo. A feira, nesses termos, aparece como uma das formas da materialização da relação indissociável campo-cidade, que é um dos meios de ver as relações camponesas circunscritas no tempo e no espaço.

As feiras coletivas, mais uma vez, mostram a existência do campesinato que se desenvolve em meio ao processo contraditório, desigual e combinado do capitalismo. De acordo com Dourado (2012), a feira é a territorialização camponesa dentro da cidade. Os camponeses mostram quais os tipos de mercadorias produzidas e vendidas, que servem como base da reprodução de suas famílias.

Shanin (2005), um dos pensadores clássicos que fundamentam o debate sobre o paradigma da questão agrária, analisa que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma, ou seja, trabalho familiar, pelo controle dos próprios meios de produção, de economia de subsistência e qualificação ocupacional. Nesse viés, a associação em questão fortaleceu nos camponeses, essa natureza observada por Shanin. No campo, se observou que a realização de um curso de especialização em produção de orgânicos, corroborou para que a organização camponesa adquirisse um selo de qualidade. Ao mesmo tempo, o planejamento da produção e o cálculo do desempenho dentro do contexto da associação diferem substancialmente dos de uma empresa capitalista.

A Aspoagre⁸, como forma de se materializar territorialmente e garantir a reprodução camponesa, além de participar de feiras como foi mencionado acima, possui 2 estabelecimentos (foto 01) em Aracaju-(SE), destinado exclusivamente a comercialização de orgânicos e agroecológicos (foto 02), que são produzidos nos municípios que fazem parte da associação.

⁸ É importante identificar que a produção de orgânicos é cultivada em todo estado de Sergipe e que a Aspoagre representa uma organização camponesa no agreste, no entanto, outras sub-regiões apresentam outras cooperativas/ associações rurais que buscam fortalecer e garantir a inserção dos camponeses nos mercados capitalistas.



Foto 1: Ponto de venda da Aspoagre em Aracaju. Fonte: Estação Agrícola, 2015.



Foto 2: Produção de orgânicos em Areia Branca (SE). Fonte: Estação Agrícola, 2015.

A associação do agreste sergipano denota confiança aos consumidores, uma vez que, os camponeses mostram o seu comprometimento, o respeito à natureza, a sua saúde e a da própria sociedade, garantindo a produção de alimentos saudáveis através de usos como os de repelentes naturais e adubos derivados da compostagem, usando recursos que não agridem a natureza. Com isso, durante a ida na sede da Aspoagre, uma cliente se dispôs a dar entrevista e socializar sua satisfação ao adquirir e consumir produtos orgânicos e agroecológicos, a entrevistada M. P. S. S, agosto 2017, afirma que:

Sabe-se que muitas das doenças que hoje atingem a humanidade são consequências da ingestão de alimentos transgênicos e com agrotóxicos. Então é gratificante ver grupos como a Aspoagre expandido na produção em seus pontos comerciais e nas feiras, e é um privilégio para a população que reside nos bairros do entorno, para ter

o privilégio de dispor de mais um espaço para adquirir esses produtos (M. P. S. S, agosto 2017).

Dessa forma, é perceptível a valorização da Aspoagre, como formadora e atuante na construção de um espaço social, de uma identidade coletiva, como argumenta Lisboa (2001, p. 279).

A consciência do processo histórico leva inevitavelmente as classes populares a se mobilizarem mostrando sua apreensão do real. Engajando-se em organizações sociais elas instrumentalizam-se garantindo uma identidade e uma compreensão de mundo mais contextualizada. Dessa maneira, podem desencantar soluções para problemática de seus espaços de moradia. (LISBOA, 2001, p. 279).

Por isso, é indispensável visar a organização dos camponeses do agreste sergipano, que se uniram e formaram uma associação para que seus produtos fossem valorizados, o Estado subsidiasse equipamentos e transportes para escoamento da produção as feiras e aos pontos de venda, a fim de conviver com as contradições e influencias do capital hegemônico, que tenta através de vários meios induzir a um único modo de produção de alimentos, visando apenas o lucro. Então, como forma de reafirmar o que está sendo analisado Lisboa, 2001, p. 279 coloca que:

As reuniões, os encontros, as propostas e os enfrentamentos ou confrontos dos grupos com outros grupos são constitutivos de uma identidade coletiva. Neles, os trabalhadores começam a se dar conta do estado de injustiça em que se encontram e de que enfrentam problemas afins. No grupo encontra força e resistência e o indivíduo se fortalece e reconhece que seus direitos tornam-se as suas próprias leis (LISBOA, 2001, p. 279).

E que por isso é expressivo a militância e politização camponesa, enquanto classe trabalhadora que luta constantemente para garantir sua reprodução social, seja na luta para permanecer na terra, assim como para entrar, ou seja, a luta pela terra, que é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária no Brasil, no âmbito da luta de classes. (THOMAZ JUNIOR, 2015, p. 4), sendo assim constituinte de uma classe que se organiza, luta e resiste as imposições do capital, por estar subjugado a este.

Considerações parciais:

A pesquisa em tela já aponta resultados importantes no concernente ao papel fundamental da organização camponesa, através da produção de produtos orgânicos e do associativismo como esforço do homem do campo para permanecer no território. Essas perspectivas de fortalecimento para a permanência no trabalho na terra e de vida no espaço rural expõem a centralidade da terra e de políticas públicas na erradicação das desigualdades sociais, ainda são presentes no campo brasileiro. A continuidade desse estudo deverá apontar para a ampliação desse movimento de busca de soberania alimentar em Sergipe e das formas adversas de organização desses trabalhadores. Essas estratégias vêm despontando tanto nos territórios do agronegócio, como nos territórios da reforma agrária. Um quadro que sinaliza que a desconcentração e a distribuição de terra de trabalho, permanecem na ordem do dia.

Referências Bibliográficas:

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. CAMPOS, Rosana Soares. SOBERANIA ALIMENTAR COMO ALTERNATIVA AO AGRONEGÓCIO NO BRASIL. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, 2007.

DOURADO, José Aparecido Lima. **FEIRAS LIVRES E REPRODUÇÃO CAMPONESA: INTERFACES DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE**. Uberlândia. UFU. 2012.

ESTAÇÃO AGRÍCOLA. Cresce a produção de produtos orgânicos em Sergipe. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/estacao-agricola/videos/v/cresce-a-producao-de-produtos-organicos-em-sergipe/4411481/>. Acesso em: 20 set 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Marcio Buainain (editor). Editora da Unicamp, 2005.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
J. P e M. M. M. Produção de orgânicos e agroecológicos no agreste sergipano. **Entrevista concebida a Camila Silva Santos**. Areia Branca 2016.

LIMA, José Hualdo. **Elaboração do mapa da localização do universo em estudo, Itabaiana, Malhador e Areia Branca**. Fonte: PHICARTO. 2017

LISBOA, Josefa Bispo. **Associativismo no campo**: das relações em redes ao espaço da socialização política. (um estudo da Coopertreze e das associações comunitárias em Lagarto e Salgado). In. MENEZES, Ana V. C. de; PINTO, Josefa E. S. de S. (Org.). Linhas Geográficas. Série Dissertações: NPGeo-UFS, 2001.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. Revista NERA (UNESP), v. 11, p. 57-67, 2008.

_____. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.). O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: livro I, Vol. 1; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

M. P. S. S. Organização camponesa e produção de alimentos orgânicos e agroecológicos. **Entrevista Concebida a Camila Silva Santos**. Itabaiana. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Barbárie e Modernidade – as transformações no campo, e o agronegócio no Brasil. São Paulo: Terra Livre. 2003. Vol 2. P. 113-156.

PAULINO. Eliane Tomiasi. **Soberania alimentar e campesinato: disputas teóricas e territoriais**. Revista GEOgraphia - ano. 17, n. 33, pg. 177-203. 2015. Disponível em: www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/496/530. Acesso em: 11 maio 2017.

_____. Vídeo: Soberania alimentar em contraponto à segurança alimentar. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q_AaA1AiKMY. Acesso em: 27 set 2017.

SANTOS, Camila Silva. Elaboração da tabela: Agronegócio em contraponto com a da produção camponesa. Lagarto. 2017.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. REVISTA NERA – ano. 8, N. 7. Jul/DeZ 2005.

THOMAZ JUNIOR. Antonio. **QUESTÃO AGRÁRIA, LUTA DE CLASSES E TRABALHO NO BRASIL (DIÁLOGO POLÊMICO E NECESSÁRIO)**. Disponível em: <file:///C:/Users/camil/Downloads/4230-13999-1-PB.pdf>.

VIA CAMPESINA. Cartilha, as políticas da via campesina. Disponível em: <http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>. Acesso em: 28 set 2017.